

Lula diz que quem descumprir igualdade salarial entre homens e mulheres terá que enfrentar a lei

O presidente Lula sancionou ontem a lei que estabelece a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenhem a mesma função e afirmou que os empresários precisarão respeitar a nova regra.

“Nesse governo, empresário que não cumprir vai ter que enfrentar a legislação brasileira”, disse.

O chefe do Executivo afirmou que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943 já previa paridade remuneratória, mas que a norma sempre foi descumprida e que, agora, a fiscalização aumentará com a nova lei. “Na verdade tem governo que faz cumprir a lei e governo que não faz cumprir a lei”, disse.

A declaração foi dada du-

rante a cerimônia de sanção do projeto que torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções.

O PL foi aprovado de forma simbólica, sem a contagem de votos, no Senado em junho. O texto foi apresentado pelo Executivo no Dia da Mulher, 8 de março.

O texto penaliza com multas equivalentes a dez vezes o maior valor pago pelo empregador para empresas que pagarem salários maiores para homens do que para mulheres que exercem a mesma função. O valor será 100% maior em caso de reincidência.

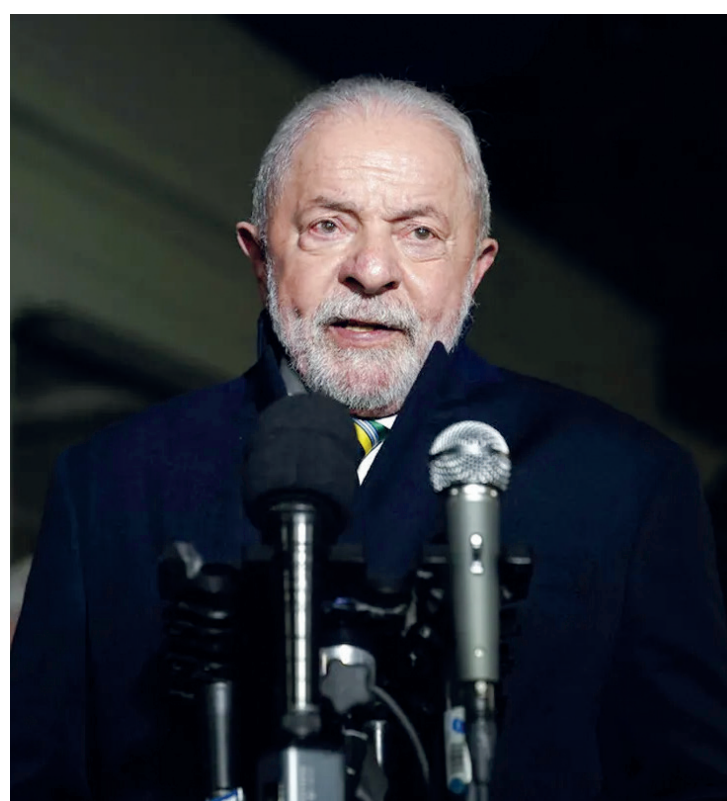
Atualmente, a legislação já prevê pagamento de multa para casos de remunerações desiguais, mas com algumas diferenças. Primeiro, o texto

falava em “sexo e etnia”. Segundo, o pagamento da multa tinha um outro cálculo: 50% do limite máximo dos benefícios do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), além da própria diferença salarial.

A mudança na lei, além de propor uma multa mais amarga, diz textualmente que é obrigatória remuneração igual a homens e mulheres no mesmo cargo, com as mesmas condições.

O projeto de lei foi aprovado em 31 de maio por três comissões do Senado: CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), CDH (Comissão de Direitos Humanos) e CAS (Comissão de Assuntos Sociais). No plenário, apenas o senador Eduardo Girão (Novo-CE) registrou voto contra.

Matheus Teixeira/Folhapress



Economia



Mercado financeiro eleva projeção de crescimento para 2,19% em 2023

Página - 03

Pressão no IPCA faz Fazenda vetar contrapartida social de energia

Página - 03



Boa Vista aprova fusão com Equifax, apesar de discordância de minoritários

Página - 05

Grupo Softplan anuncia aquisição de startup de Florianópolis

Página - 05



Política

Lira prevê esforço na Câmara para aprovar reforma tributária até sexta-feira

Página - 04

Cresce o coro de governadores contra a reforma tributária

Página - 04

No Mundo

Polônia quer instalar armas nucleares americanas contra a Rússia



A Polônia, um dos mais belicistas membros da Otan, quer que a aliança militar posicione armas nucleares americanas em seu território como resposta à instalação de ogivas atômicas russas em Belarus, sua vizinha.

O pedido foi feito pelo premiê Mateusz Morawiecki durante entrevista coletiva na sexta (30), após uma reunião da União Europeia em Bruxelas. “A decisão final vai depender dos nossos parceiros americanos e da Otan. Declaramos nossa vontade de agir rapidamente sobre esse assunto”, afirmou.

Ele disse que a instalação das ogivas russas em Belarus,

anunciada neste mês por Vladimir Putin e o ditador aliado Aleksandr Lukachenko, ameaça diretamente seu país e todos os membros europeus da Otan, já bastante agitados devido à Guerra da Ucrânia.

“Nós não queremos ficar sentados enquanto Putin escala todo tipo de ameaça”, afirmou Morawiecki. Hoje, segundo a FAS (Federação dos Cientistas Americanos, na sigla inglesa), há cem bombas táticas B61 americanas em cinco países membros da Otan o maior contingente, 35, em duas bases aéreas na Itália. Elas são todas feitas para serem lançadas de caças F-16, Tornado e, futuramente, F-35.

Bombas nucleares táticas nunca foram cobertas pelos acordos de controle e redução de armas nucleares, que deixaram de existir quando Putin suspendeu sua participação no Novo Start, neste ano. Esse tipo de ogiva tem menor potência e visa alvos militares específicos, em oposição aos modelos estratégicos, de grande potência, capazes de obliterar grandes regiões para tentar encerrar guerras.

As armas russas, que especialistas da FAS duvidam estar operacionais, poderão ser lançadas tanto por aviões de ataque Su-25 quanto por mísseis Iskander-M, com alcance de até 500 km.

Igor Gielow/Folhapress

Rússia realizará eleições nas regiões anexadas em setembro, dizem autoridades

A Rússia deve realizar eleições locais nas quatro regiões ucranianas controladas por Moscou, disse o chefe da Comissão Eleitoral Central (CEC) na segunda-feira (3).

Os eleitores elegerão governadores locais e outras autoridades em setembro, disse Ella Pamfilova ao presidente russo, Vladimir Putin, durante uma reunião.

A data para essas eleições está marcada para 10 de setembro, disse o CEC no Telegram.

Os governadores das quatro regiões anexadas, nomeados pela Rússia, que o Ocidente considera ilegais, apresentaram uma iniciativa para realizar eleições locais, segundo Pamfilova, que acrescentou que a iniciativa foi aprovada após consideração em conjunto com o Serviço Federal de Segurança (FSB) e o ministério da defesa russo.

“Os líderes de todos os quatro novos territórios – as Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk e as

regiões de Zaporizhzhia e Kherson – vieram até nós com uma iniciativa [sugerindo] que surgiu a necessidade de realizar essas eleições”, disse ela.

Em setembro, 41 outras eleições regionais ocorrerão para eleger governadores, membros de assembleias legislativas ou ambos em toda a Rússia, disse Pamfilova.

Dmitry Medvedev, ex-presidente da Rússia, alertou que o confronto de Moscou com o Ocidente durará décadas e que seu conflito com a Ucrânia pode se tornar permanente.

Medvedev, antes visto no Ocidente como um modernizador liberal, emergiu como um dos defensores mais diretos da Rússia desde que Moscou lançou o que chamou de “operação militar especial” na Ucrânia no ano passado.

Agora vice-chefe do Conselho de Segurança, suas opiniões refletem parte do pensamento do alto escalão do Kremlin, segundo autoridades russas.

CNN

Israel mata ao menos 8 palestinos na maior incursão à Cisjordânia em 20 anos



Ao menos oito palestinos morreram e 50 ficaram feridos na segunda-feira (3), no campo de refugiados de Jenin, na que já é considerada a maior incursão de Israel contra o território da Cisjordânia ocupada em quase duas décadas. A ofensiva mobilizou centenas de soldados e incluiu ataques aéreos com drones.

A ação ordenada pelo primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, cujo governo é o mais à direita na história de Israel, ocorre após pressão de setores radicais da base aliada e não tem data para acabar. O episódio agrava a delicada situação de

segurança na região e desperta preocupação internacional.

Operações dessa magnitude foram registradas poucas vezes desde a Segunda Intifada, na primeira metade da década de 2000, marcada pelo levante palestino contra autoridades de Israel e por episódios de violência que provocaram mortes dos dois lados. Na manhã da segunda, pelo menos seis drones sobrevoaram a região, que abriga 17 mil pessoas em uma área de menos de meio quilômetro quadrado.

Os militares israelenses disseram que a operação começou pouco depois da 1h no horário local (19h de domingo em Brasília) com ataques

aéreos de drones contra supostas “infraestruturas terroristas” em Jenin. Em seguida, centenas de soldados avançaram por terra com veículos blindados.

Segundo o governo israelense, as tropas do país atacaram um prédio que servia como centro de comando para as Brigadas de Jenin, organização formadas por combatentes e grupos militantes, sob a alegação de interromper atividades de grupos extremistas no campo de refugiados. Retroescavadeiras blindadas foram usadas para abrir caminhos bloqueados, e tiroteios intensos foram ouvidos por horas.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado financeiro eleva projeção de crescimento para 2,19% em 2023



O mercado financeiro aumentou a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano pela oitava vez. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgada ontem (3) pelo Banco Central, o país crescerá 2,19% em 2023. Há uma semana, a previsão era de crescimento de 2,18%. Para o próximo ano também houve aumento na estimativa do PIB para 1,28%, ante os 1,22% da semana passada.

Para a inflação, o boletim manteve a tendência de recuo pela sétima semana consecutiva. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar este ano em 4,98%. Há uma semana, a projeção do mercado era de que a inflação este ano ficasse

em 5,06%. Há quatro semanas, a previsão era de 5,69%.

A previsão continua acima da meta de inflação para este ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.), para cima ou para baixo. Dessa forma, a meta será considerada formalmente cumprida se oscilar entre 1,75% e 4,75%. Para 2024, a projeção é de que o IPCA fique em 3,92%.

Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, a taxa básica de juros, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando tam-

bém estava nesse patamar.

A próxima reunião do Copom está marcada para o início do mês de agosto. Para o mercado financeiro, a expectativa é que haja uma diminuição na taxa. A projeção aponta que a Selic termine o ano em 12%.

Divulgado semanalmente, o Boletim Focus reúne a projeção de mais de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Para 2024, o mercado diminuiu a projeção de inflação para 3,92%. Na semana passada a projeção era de 3,98%. Há quatro semanas, a previsão era de que o índice fechasse o próximo ano em 4,12%. Já para 2025, a projeção é de que o IPCA fique em 3,60%.

Luciano Nascimento/ABR

Pressão no IPCA faz Fazenda vetar contrapartida social de energia

A renovação das concessões de distribuidoras de energia entrou na lista de vetos do Ministério da Fazenda porque, na avaliação da pasta, haverá aumento de tarifas e, por tabela, da inflação medida pelo IPCA.

Entre 2025 e 2031, vinte distribuidoras de energia elétrica terão contratos expirados. Elas atendem cerca de 55 milhões de consumidores, cobrindo pouco mais de 60% do mercado.

Para a renovação, o Ministério de Minas e Energia (MME) cogita exigir contrapartidas sociais em troca de não optar por um pagamento de bônus.

A contrapartida ocorrerá sempre que a empresa regis-

trar ganhos. Os valores seriam calculados sobre esse excedente. O modelo para definir o valor, no entanto, ainda não é claro.

Para os técnicos da Fazenda, haveria aumento tarifário e isso, inevitavelmente, levaria a aumento da conta de luz, componente relevante no cálculo do IPCA.

A Fazenda monitora todas as pressões inflacionárias e decretou guerra à escalada de preços que colaborem com esse processo.

A EDP Espírito Santo será a primeira a decidir sobre a renovação de seu contrato, que vence em junho de 2025. No ano seguinte, será a vez de Light e Enel e, em 2031, a da Energisa Paraíba.

Julio Wiziack/Folhapress



Sobe número de sanções por irregularidades na concessão do consignado



Já são 1.200 as medidas administrativas aplicadas a correspondentes bancários por irregularidades na concessão do crédito consignado desde o início de vigência das regras de autorregulação, em janeiro de 2020. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira de Bancos (ABB), em março, foram aplicadas 22 sanções aplicadas, entre advertências (6), suspensões temporárias (14) e definitivas (2). Em abril, foram seis sanções.

A autorregulação é um conjunto de regras voltadas à transparência, ao combate ao assédio comercial e à qualificação de correspondentes bancários, que se aplicam a empréstimos consignados, cartão consignado e cartão

benefício. São consideradas faltas graves formas de captação e tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais dos consumidores sem autorização deste. Os bancos que participam da autorregulação assumem o compromisso de adotar as melhores práticas relativas à proteção e ao tratamento de dados pessoais dos clientes.

De acordo com a Febraban, bancos que não seguirem as regras podem ser multados com valores entre R\$ 45 mil e R\$ 1 milhão. O consumidor que se sentir desrespeitado pode fazer a reclamação nos canais internos dos bancos, nos Procons, no Banco Central ou na plataforma ConsumidorGovBr. “Além da análise das reclamações, são avaliadas as ações judiciais e indicadores de uma consulto-

ria independente, que leva em conta questões de governança, política de relacionamento com o consumidor e gestão de dados”, diz a Febraban.

A entidade alerta que o consumidor também pode verificar se o correspondente bancário é certificado e está apto a oferecer crédito consignado em nome dos bancos. A consulta é realizada por meio do CPF do profissional na base de dados da Central de Registros de Certificados Profissionais.

Os agentes de crédito passam a ser monitorados pela Autorregulação do Consignado neste mês. A fiscalização será semelhante à que é feita junto aos correspondentes bancários, com avaliação mensal do desempenho dos profissionais.

Flávia Albuquerque/ABR

Política

Lira prevê esforço na Câmara para aprovar reforma tributária até sexta-feira



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prevê um esforço concentrado no plenário da Casa nesta semana para tentar aprovar a reforma tributária até sexta-feira (7).

A ideia é concluir até essa data ao menos a primeira votação da PEC do novo sistema de tributos.

Lira ainda vai avaliar, ao longo da semana, se será possível concluir também a segunda votação na semana. Por ser uma PEC, a reforma tributária precisa passar por dois turnos de votação no plenário da Câmara dos Deputados e depois segue para o Senado.

“Vamos, primeiro, [tentar] o primeiro turno. Se der certo, poderemos avançar [para o segundo turno]”, disse à Fo-

lha o presidente da Câmara.

Para acelerar as articulações, Lira reuniu líderes em Brasília no domingo (2). Apesar do plano de colocar a reforma em votação nesta semana, o presidente da Câmara e o governo ainda agem nos bastidores para tentar reduzir as resistências à reformulação do sistema tributário no país.

Segundo relatos, Lira pediu para que os líderes se reunissem com suas respectivas bancadas para identificar quais são as maiores resistências ao texto. Disse ainda que o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), estará à disposição para dialogar com os parlamentares.

Ainda de acordo com parlamentares, líderes já estão contando votos para tra-

çar um placar da votação da reforma. Nas palavras de um deputado familiarizado com as negociações, isso indica a vontade de Lira em aprovar a reforma. Como a Folha mostrou, o presidente da Câmara tem se colocado como uma espécie de fiador da reforma e liderando reuniões para discutir os pontos de dissenso.

Lira prevê nesta semana mais conversas com governadores. No fim da semana passada, por exemplo, o presidente da Câmara se encontrou com o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL), após ele criticar o Conselho Federativo um grupo previsto no texto da reforma e que será formado por estados e municípios para administrar a arrecadação de tributos.

Thiago Resende/Folhapress

Decisão de Lewandowski leva a anulação de operações e coloca outras em risco

Uma decisão de dezembro do ano passado do então ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril, tem levado à anulação de operações nas quais investigadores solicitaram a preservação de dados em nuvem de aparelhos celulares.

O procedimento acontece da seguinte forma: ao suspeitar que um investigado está cometendo crime, o Ministério Público ou a polícia pede aos provedores que preservem o conteúdo da nuvem do celular ou notebook de uma pessoa em um determinado dia e hora que pode incluir informações como registros de localização, histórico de pesquisa, fotos e conversas pelo WhatsApp.

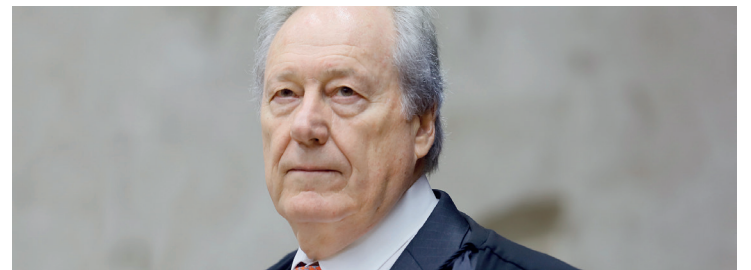
Depois, com autorização judicial, conseguem acesso a essa nuvem por meio de quebra de sigilo. Para quem trabalha com investigação, isso é um meio de evitar a destrui-

ção de provas e tem sido feito inclusive em inquéritos conduzidos pelo ministro Alexandre de Moraes.

Para advogados criminalistas, porém, a tática é uma burla que impede o usuário de ter controle sobre suas informações e uma espécie de atalho para obter provas que poderiam não existir mais no caso de uma busca e apreensão. O tema ainda deve ser alvo de novas discussões no Supremo. Em sessão do plenário virtual da Segunda Turma que debatia a decisão de Lewandowski, que foi iniciada em abril, o ministro André Mendonça pediu vista (mais tempo para análise) e ainda não apresentou seu voto sobre o caso.

Na decisão do ano passado, Lewandowski entendeu que provas colhidas pelo Ministério Público do Paraná em investigação sobre suspeitas de irregularidades no Detran violavam a Constituição e o Marco Civil da Internet.

José Marques/Folhapress



Cresce o coro de governadores contra a reforma tributária



Governadores querem mais tempo para discutir a reforma tributária. O primeiro a reclamar foi Ronaldo Caiado, governador de Goiás. Depois, Mauro Mendes (MS).

Nos bastidores, a grita é maior. Governadores, como Tarcísio de Freitas (São Paulo) e Cláudio Castro (Rio de Janeiro), trabalham junto às bancadas dos estados no Congresso para que o projeto seja adiado para o segundo semestre.

Dizem que não querem que ela seja aprovada a toque de caixa e consideram que as perdas serão elevadas sem que haja mecanismos garantidos de compensação.

São Paulo e Rio, cuja economia é muito concentra-

da no setor de serviços, estão preocupados com possíveis demissões e, como consequência, perda de arrecadação.

Na última sexta, entidades paulistas ligadas ao setor se reuniram com o governador. Embora publicamente Tarcísio defenda a reforma, considera que há pontos importantes a serem discutidos.

Por isso, as entidades setoriais passaram a reclamar junto ao governo federal, especialmente o Ministério da Fazenda.

No sábado (1), por exemplo, a Abras, associação dos supermercados, esteve com o ministro Fernando Haddad para entregar um estudo mostrando que os itens da cesta básica serão onerados devido ao aumento dos impostos previstos pela reforma.

Governadores do Nordes-

te e do Norte criticam a criação do conselho federativo, que será gerido por representantes dos estados, o Distrito Federal e municípios. Esse órgão vai centralizar a arrecadação do novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), tributo que unifica o ICMS estadual com o ISS municipal.

Para eles, o conselho terá poderes que vão além da arrecadação. Poderá, por exemplo, efetuar compensações e distribuir o resultado aos estados e municípios. Há a prerrogativa de possa ainda baixar normas infralegais, além de cuidar do contencioso administrativo com os contribuintes. Em suma, os governadores creem que haverá concentração de recursos em áreas populosas, Sudeste e Sul. Julio Wiziack/Folhapress

Boa Vista aprova fusão com Equifax, apesar de discordância de minoritários



A Boa Vista Serviços, que é o segundo maior birô de crédito do Brasil, anunciou a aprovação da fusão com a empresa americana Equifax durante uma assembleia geral extraordinária. No entanto, essa operação não foi unânime. Dos votos contabilizados, 343,3 milhões foram a favor da fusão (representando 69,9% do total), 147,7 milhões foram contra (30,1%) e houve 65,1 mil abstenções (0,01%).

A proposta da Equifax para adquirir a Boa Vista foi de R\$ 8,00 por ação, o que corresponde a um prêmio de 185% sobre o Valor da Firma (EV) e 89% sobre o último preço de fechamento antes do anúncio, realizado em fevereiro de 2023. A Boa Vista afirma que seguiu rigorosa-

mente as melhores práticas globais de governança durante todo o processo, incluindo a recomendação da operação. A empresa declara que o Conselho de Administração cumpriu integralmente seus deveres fiduciários e negociou as melhores condições possíveis para a operação.

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) possui uma participação de 30,045% na Boa Vista, o fundo TMG detém 21,598%, a gestora KAR Investment possui 7,737% e a própria Equifax detém 9,948%.

A proposta da Equifax não agradou a todos os acionistas minoritários, que expressaram insatisfação com o valor oferecido, a possibilidade de a empresa americana votar na assembleia geral extraordinária (dando opinião

sobre a sua própria oferta) e as condições especiais concedidas à ACSP no âmbito do acordo. Caso a transação seja concretizada, a ACSP assinará um contrato de 15 anos com a Equifax para fornecer acesso exclusivo aos dados, serviços de consultoria e suporte regulatório.

Em uma carta enviada pelos acionistas minoritários à Boa Vista no início do ano, e obtida pelo Valor, foi argumentado que as condições oferecidas pela Equifax “não refletem adequadamente o valor da empresa” e, portanto, eles pretendiam votar contra a proposta. A carta foi assinada pela TMG, KAR, Brizo Capital, Madison Avenue International, Absolute Investimentos e Frontier Capital, que juntas detêm 35,4% da Boa Vista.

No M&A do ovo, Granja Faria compra Katayama e vira líder

A Granja Faria adquiriu recentemente o controle acionário da empresa concorrente Katayama Alimentos. Segundo um comunicado interno ao qual o Pipeline teve acesso, o atual CEO da Katayama, Gilson Katayama, permanecerá como acionista minoritário no negócio da família, que foi fundado há mais de 80 anos. Além disso, ele ocupará um assento no conselho da Granja Faria.

Em junho do ano passado, o Pipeline já havia divulgado antecipadamente que a Katayama estava em busca de um comprador, com a assessoria do Itaú BBA, devido aos desafios de um mercado com margens cada vez mais reduzidas. Na época, o CEO negou qualquer intenção de venda. Fundos como o Pátria avaliaram a aquisição, mas, devido à natureza do negócio com margens apertadas, o mercado já esperava um

comprador estratégico, e não financeiro.

A Katayama possui aproximadamente três milhões de aves em produção e comercializou mais de 700 milhões de ovos em 2022. Estima-se que o faturamento anual da empresa nesse segmento esteja entre R\$ 250 milhões e R\$ 300 milhões. Por sua vez, a Granja Faria possui um faturamento de cerca de R\$ 1,4 bilhão, considerando inclusive a aquisição mais recente da BL Ovos, anunciada em janeiro.

Com a aquisição da Katayama, a Granja Faria consolida sua posição como líder do mercado de ovos no Brasil, com uma vantagem considerável. A empresa do empresário Ricardo Faria já havia se aproximado da liderança na aquisição anterior, onde a diferença era tão pequena que o mercado considerava um empate técnico.

Pipeline Valor



Grupo Softplan anuncia aquisição de startup de Florianópolis



O Softplan, um dos grupos nacionais líderes no setor de tecnologia que experimentou um rápido crescimento nos últimos anos, acaba de anunciar sua nona aquisição e segunda em 2023. A empresa adquiriu uma participação majoritária na startup Refera, sediada em Florianópolis, capital de Santa Catarina. A Refera é uma plataforma que conecta prestadores de serviços de manutenção residencial a inquilinos e proprietários de imóveis.

Fundada em 2020, a Refera já contava com a participação da Softplan desde o início. No entanto, devido ao seu grande potencial de crescimento atual, a Softplan decidiu adquirir uma participação majoritária nessa fusão e

aquisição (M&A), cujo valor não foi divulgado. A startup destacou-se no mercado ao oferecer uma solução abrangente em serviços de manutenção e abrir espaço para oportunidades de negócios adicionais. No ano passado, a Refera obteve um faturamento de R\$ 6 milhões e projeta atingir R\$ 11 milhões em 2023.

Lucas Mandalosso, CEO da Refera, afirma: “Atualmente, temos 49 clientes que são imobiliárias, sendo que 19 delas são as maiores e mais importantes do Brasil. Nosso objetivo é consolidar esse mercado, estimado em cerca de 24 mil imobiliárias em todo o país.” Ele também mencionou que a estimativa de crescimento para este ano é de 10%, com perspec-

tivas de aceleração a partir de 2024. Atualmente, a Refera possui uma equipe de 100 pessoas, opera em 11 estados e 75 cidades, e realiza uma média de 3.500 serviços por mês em parceria com cerca de 3 mil prestadores de serviços cadastrados.

O Grupo Softplan prevê um crescimento de 37% na receita bruta este ano, sendo 25% de crescimento orgânico e mais 12 pontos percentuais provenientes das aquisições. Em 2022, a empresa obteve uma receita bruta de R\$ 585 milhões. Eduardo Smith, da Softplan, revelou que um ciclo de investimentos de R\$ 300 milhões foi concluído no ano passado, e o próximo ciclo será ainda maior, com investimentos superiores a R\$ 150 milhões por ano.

NSC Total



Publicidade Legal

Enforce SPE I S.A.

CNPJ nº 28.628.505/0001-14

Balanco patrimonial exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)			Demonstração do resultado exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)					
	2022	2021	2022		2021		2022	2021
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	33.436.501,12	32.081.793,96	22.580,47	2.640.018,94	3.772.442,05	1.199.375,26		
Créditos tributários	252.958,57	62.363,95	(5.571,69)	(392.748,35)	(14,33)	(10.906,50)		
Total do ativo circulante	33.689.459,69	32.144.157,91						
Ativo não circulante								
Direito aquisitivo - imóveis	91.642,46	103.934,25						
Valores a receber	9.925.140,00	9.929.658,82						
Total do ativo não circulante	10.016.782,46	10.033.593,07						
Total do ativo	43.706.242,15	42.177.750,98						
Passivo								
Passivo circulante								
Fornecedores	2.732,35	51.676,92						
Impostos a recolher	349.032,06	353.176,02						
Contas a pagar	1.396.628,83	1.684.993,02						
Total do passivo circulante	1.748.393,24	2.089.845,96						
Passivo não circulante								
Passivos de contrato	25.926.745,65	25.926.745,65						
Impostos diferidos	44.217,60	43.746,67						
Total do passivo não circulante	25.970.963,25	25.970.492,32						
Total do passivo e do patrimônio líquido	43.706.242,15	42.177.750,98						
Patrimônio líquido								
Capital social	1.581.409,00	1.581.409,00						
Reservas de capital	10.228.176,00	10.228.176,00						
Reservas de lucros	4.177.300,66	2.307.827,70						
Total do patrimônio líquido	15.986.885,66	14.117.412,70						
Total do passivo e do patrimônio líquido	43.706.242,15	42.177.750,98						
Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)								
			Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total	
Saldo em 31/12/2020			1.581.409,00	10.228.176,00	127.554,92	-	11.937.139,92	
Lucro líquido do exercicio			-	-	-	2.907.030,37	2.907.030,37	
Dividendos obrigatórios			-	-	-	(726.757,59)	(726.757,59)	
Transferência para reserva de lucros			-	-	2.180.272,78	(2.180.272,78)	-	
Saldo em 31/12/2021			1.581.409,00	10.228.176,00	2.307.827,70	-	14.117.412,70	
Lucro líquido do exercicio			-	-	-	2.492.630,61	2.492.630,61	
Dividendos obrigatórios			-	-	-	(623.157,65)	(623.157,65)	
Transferência para reserva de lucros			-	-	1.869.472,96	(1.869.472,96)	-	
Saldo em 31/12/2022			1.581.409,00	10.228.176,00	4.177.300,66	-	15.986.885,66	
Demonstração dos fluxos de caixa exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)								
			2022	2021	2022	2021		
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido do exercicio			2.492.630,61	2.907.030,37				
Ativos e passivos operacionais								
- Outros ativos			(173.784,01)	1.186.892,26				
- Fornecedores			(49.063,55)	48.025,91				
- Obrigações sociais e tributárias			571.840,60	467.233,62				
- IRPJ e CSLL pagos			(859.614,88)	(195.253,13)				
- Outros passivos			(627.301,61)	906.359,05				
			(964.139,44)	1.226.365,45				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			1.354.707,16	5.320.288,08				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercicio					32.081.793,96	26.761.505,88		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio					33.436.501,12	32.081.793,96		

As Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia

ENF SPE III S.A.

CNPJ nº 33.892.827/0001-06

Balanco patrimonial exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)			Demonstração do resultado exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)					
	2022	2021	2022		2021		2022	2021
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	1.684.290,50	846.010,18	230.523,40	409.911,37	236.169,81	268.932,49		
Clientes	38.731,25	361.171,88	(23.690,85)	(119.381,82)	225.045,38	116.999,67		
Direito aquisitivo - Imóveis	2.050,72	78.916,62			(1.187,44)	(2.072,25)		
Créditos tributários	11.792,98	73.976,20						
Outros ativos	398,00	-						
Total do ativo circulante	1.737.263,45	1.360.074,88						
Total do ativo	1.737.263,45	1.360.074,88						
Passivo								
Passivo circulante								
Fornecedores	1.981,38	2.791,80						
Impostos a recolher	23.481,03	883,99						
Encargos sociais	-	114,65						
Contas a pagar	2.477,42	23.655,06						
Dividendos a pagar	186.726,71	85.736,70						
Total do passivo circulante	214.666,54	113.182,20						
Passivo não circulante								
Impostos diferidos	2.296,77	29.562,58						
Total do passivo não circulante	2.296,77	29.562,58						
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.737.263,45	1.360.074,88						
Patrimônio líquido								
Capital social	800.100,00	800.100,00						
Reservas de lucros	720.200,14	417.230,10						
Total do patrimônio líquido	1.520.300,14	1.217.330,10						
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.737.263,45	1.360.074,88						
Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)								
			Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Reservas de Lucros	Total		
Saldo em 31/12/2020			800.100,00	-	4.727.132,40	5.527.232,40		
Lucro líquido do exercicio			-	342.946,80	-	342.946,80		
Dividendos obrigatórios			-	(85.736,70)	-	(85.736,70)		
Dividendos adicionais			-	-	(4.567.112,40)	(4.567.112,40)		
Transferência para reservas de lucros			-	(257.210,10)	257.210,10	-		
Saldo em 31/12/2021			800.100,00	-	417.230,10	1.217.330,10		
Lucro líquido do exercicio			-	403.960,05	-	403.960,05		
Dividendos obrigatórios			-	(100.990,01)	-	(100.990,01)		
Transferência para reservas de lucros			-	(302.970,04)	302.970,04	-		
Saldo em 31/12/2022			800.100,00	-	720.200,14	1.520.300,14		
Demonstração dos fluxos de caixa exercicio findo em 2022 (Em Unidade de Real)								
			2022	2021	2022	2021		
Fluxo de caixa das atividades operacionais:								
Lucro líquido do exercicio			403.960,05	342.946,80				
Variação nos ativos e passivos operacionais								
- Clientes			322.440,63	(301.171,88)				
- Direito aquisitivo de imóveis			76.865,90	(264,75)				
- Outros ativos			61.785,22	(73.976,20)				
- Fornecedores			(810,42)	1.291,80				
- Obrigações sociais e tributárias			17.962,98	(492.930,34)				
- IRPJ e CSLL pagos			(22.746,40)	(1.139,47)				
- Ciclo operacional a pagar			-	(7.115.932,28)				
- Outros passivos			(21.177,64)	(2.547.725,43)				
			434.320,27	(10.531.848,55)				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			838.280,32	(10.188.901,75)				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:								
- Dividendos distribuídos			-	(4.567.112,40)				
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			(4.567.112,40)					
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			838.280,32	(14.756.014,15)				
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			838.280,32	(14.756.014,15)				
Caixa e equiv. de caixa no início exerc.			846.010,18	15.602.024,33				
Caixa e equiv. de caixa no final exerc.			1.684.290,50	846.010,18				

As Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia

Enforce Gestão de Ativos S.A.

CNPJ nº 25.370.971/0001-54

Balanco patrimonial exercicio findo em 2022 (Em milhares de reais)			Demonstração do resultado exercicio findo em 2022 (Em milhares de reais)					
	2022	2021	2022		2021		2022	2021
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	194.903	30.037	378.661	65.460	293.241	2.648		
Clientes	140.100	7.994	(66.011)	(48.399)	11.868	1.640		
Despesas reembolsáveis	3.605	7.449			(549)	(312)		
Impostos a recuperar	398	103						
Outros ativos	2.376	1.104						
Total do ativo circulante	341.382	46.687						
Não circulante								
Impostos a recuperar	1.312	1.312						
Outros ativos	26	63						
Investimento	157	754						
Direito de uso	2.761	3.550						
Imobilizado	4.395	3.958						
Intangível	4.551	3.538						
Total do ativo não circulante	13.202	13.175						
Total do ativo	354.584	59.862						
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	1.123	565						
Adiantamento de clientes	6.784	5.278						
Arrendamentos	830	1.023						
Dividendos a pagar	113.008	2.008						
Obrigações tributárias	30.948	2.818						

FPML Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 19.555.502/0001-07 - NIRE 35.228.106.311

Ata da Reunião de Cotistas realizada em 29 de junho de 2023

Data, Hora e Local: 29/06/2023, às 11:00 horas, na sede social à Rua Henrique Monteiro, número 90, 15º Andar, Conjuntos 152 e 154, Pinheiros, São Paulo-SP, reuniram-se: **Carlos Alberto Mansur Levy**, RG nº 11.169.438 SSP/SP, CPF/MF nº 075.086.518-04, **Paulo Mansur Levy**, RG nº 6.696.218 SSP/SP, CPF/MF nº 012.264.168-02 e **Marcelo Mansur Levy**, RG nº 7.510.177 SSP/SP, CPF/MF nº 038.172.768-85, únicos sócios desta sociedade. **Convocação e Publicações:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** (a) A redução do capital social da empresa de R\$ 2.700.864,00, divididos em 2.700.864 no valor unitário de R\$ 1,00 que encontram totalmente subscritas e integralizados, para R\$ 420.000,00, representado por 420.000, uma redução de R\$ 2.280.864,00, equivalentes a 2.280.864, de valor unitário de R\$ 1,00. Redução essa feita conforme artigos 1.082 inciso II, da Lei 10.402/200, CC/2002 por se tornado excessivo o capital social da sociedade em relação ao seu objeto social. **Encerramento:** Nada mais a tratar foi lavrada esta ata. São Paulo (SP), 29/06/2023. **Visto: Gilmar Aparecido Ferreira** - OAB/SP nº 267.154.

Itochu Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 061.274.155/0001-00 - NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de junho de 2023.

Data e Local: 19/06/2023, às 10:00 horas, em sua sede social, na Avenida Paulista, nº 37 - 19º andar, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da totalidade do Capital Social, dispensada a publicação de Editais de Convocação. **Mesa:** Presidente: Hisakazu Yamaguchi; Secretário: Katsuhiko Kimura. **Ordem do Dia:** (01) Destituição do Sr. **Katsuhiko Murase** do cargo de Diretor Gerente; (02) Nomeação do Sr. **Yoshio Tomaru** para o cargo de Diretor Gerente; e, (03) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (01) A destituição do Sr. **Katsuhiko Murase**, do cargo de Diretor Gerente, a partir de 09/04/2023, em virtude de sua transferência para outra empresa do mesmo grupo e, em sua substituição, a nomeação do Sr. **Yoshio Tomaru**, RNM nº F846517T, CPF/MF sob nº 119.667.471-01, a partir de 20/05/2023 para o cargo de Diretor Gerente; o seu mandato terminará junto com os demais diretores, previsto para 30/04/2025; declara o Sr. **Yoshio Tomaru**, expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração da sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 19/06/2023. Hisakazu Yamaguchi - Presidente da Mesa; Katsuhiko Kimura - Secretário da Mesa. Acionistas: Itochu Corporation Pp. Katsuhiko Kimura; Itochu Latin America S.A. Pp. Katsuhiko Kimura. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 260.670/23-6 em 29/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Artec Negócios e Participações Ltda

CNPJ. 24.440.138/0001-70 - NIRE 35603116620

Ata de Reunião de Sócios Quotistas Realizada em 02/05/2023.

Data, Hora e Local: 02/05/2023, às 11 hrs, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Bianca de Amorim Coelho, Secretário: Charles Favaro. **Convocação:** Dispensada. **Ordem do Dia e Deliberações:** Foi aprovada por unanimidade: I - Transformar em sociedade limitada unipessoal, sob o nome empresarial de: Artec Negócios e Participações Ltda, com sub-rogação de todos direitos e obrigações pertinentes; II - Alteração de endereço de: Av. Moaci, 1595, Planalto Paulista, São Paulo/SP para Av. Celso Garcia, 3335, CJ 1808, São Paulo/SP; III - Alteração de objeto social de: Sociedade de Fomento Mercantil Factoring Atividades de Cobranças Extrajudicial e Informações Cadastrais para Serviços de Cobranças e Informações Cadastrais; e IV - Redução do capital social por ser excessivo ao objeto social da sociedade de: R\$ 2.000.000,00 para R\$ 20.000,00 dividido em 20.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada, todas pertencentes a sócia Bianca de Amorim Coelho. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada pelos sócios quotistas presentes. São Paulo, 02 de Maio de 2023. **Mesa:** Presidente: Bianca de Amorim Coelho, Secretário: Charles Favaro. Sócios quotistas: Bianca de Amorim Coelho.

Cia Santafé Imóveis

CNPJ/MF nº 60.613.189/0001-10 - NIRE 35.300.065.883

Editais de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Convidam-se os senhores acionistas da Cia Santafé Imóveis a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede social, na cidade de São Paulo, à Rua Mourato Coelho, nº 90, no dia 13 de Julho de 2023, às 10hs horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Eleição da Diretoria; **b)** Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo, 20 de Junho de 2023. **Lucia Ferreira de Almeida Prado** - Presidente. (01, 04 e 05/07/2023)

C2BS Inteligência em Negócios Ltda.

CNPJ/MF nº 17.649.250/0001-50 - NIRE 35.227.212.249

Ata da Reunião dos Sócios realizada em 31 de maio de 2023

1. Data, Hora e Local: 31/05/2023, às 10:00 horas, na sede social da C2BS Inteligência em Negócios Ltda., à Rua Frei Francisco Sampaio, 122, conjunto 112, Embaré, Santos-SP. **2. Convocação e Presença:** Reunião instalada com a presença de todos os sócios, dispensada a convocação. **3. Mesa:** Presidente - Carlos Alberto Martins de Oliveira; Secretária - Solange Mariza Martinez. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do Capital Social. **5. Deliberações:** Nos termos do Artigo 1082, inciso II do Código Civil, os sócios aprovaram por unanimidade, a redução do Capital Social da sociedade em R\$ 1.500.000,00 em razão de o atual Capital Social ser considerado excessivo em relação ao seu objeto. Tal redução é feita mediante a restituição aos sócios, na proporção da participação de cada um no Capital Social, do valor de R\$ 1.500.000,00, conferindo-se o prazo de 90 dias para eventual manifestação de credores quirográficos, nos termos do Artigo 184, Caput e § 1º do Código Civil. **6. Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 31/05/2023. **Mesa:** Carlos Alberto Martins de Oliveira - Presidente; Solange Mariza Martinez - Secretária. **Sócios presentes:** Carlos Alberto Martins de; Solange Mariza Martinez.

Copa S.A. Companhia de Obras Pariqueira Açú

CNPJ nº 33.253.106/0001-56

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31/12/2022 E 2021 (Valores arredondados em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Ativo		Passivo		2022		2021	
Ativo circulante	21.503.139	8.562.909	Passivo circulante	10.142.967	3.073.832	Receita líquida de vendas	129.779.254
Caixa e equivalentes de caixa	6.886.419	2.583.457	Fornecedores	7.546.518	2.296.268	Custo operacionais	(120.140.865)
Clientes a receber	13.389.405	5.707.303	Impostos e contribuições a recolher	1.189.441	414.321	Lucro bruto	9.638.390
Adiantamento a fornecedores	34.133	-	Empréstimos e financiamentos	-	3.081	Despesas operacionais:	
Tributos a recuperar	1.193.182	272.149	Salários e obrigações trabalhistas	1.407.008	360.162	Comerciais	(2.207.165)
Ativo não circulante	13.664.472	8.683.373	Passivo não circulante	3.000.000	2.985.525	Administrativas	(3.231.133)
Realizável a longo prazo	-	-	Partes relacionadas	3.000.000	2.985.525	Outras (desp.) receitas	(1.849.369)
Partes relacionadas	5.444.897	3.058.728	Patrimônio líquido	22.024.644	11.186.925	Resultado operacional	2.350.723
Ativo fiscal diferido	80.573	80.573	Capital social	10.925.000	6.925.000	Receita financeira	1.166.930
Imobilizado	8.139.003	5.544.072	Reserva de capital	8.000.000	4.000.000	Despesa financeira	(279.335)
Total do ativo	35.167.611	17.246.282	Lucros acumulados	3.099.644	261.925	Result. financeiro líquido	887.596
Renato Redis - Diretor Administrativo			Total do passivo e patrimônio líquido	35.167.611	17.246.282	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	3.238.319
Lucas Francisco Bugati da Cunha - Contador - CRC nº 1SP295199-03						IRPJ e CSLL diferidos	(400.601)
						Resultado líquido do exercício	2.837.718
							351.900

As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia

Mórea SP Participações Ltda.

CNPJ nº 42.326.318/0001-07

Instrumento Particular de 1ª Alteração Contratual para Transformação

I - Eduardo Duarte, brasileiro, separado, advogado, residente e domiciliado no Rio de Janeiro. Único sócio da sociedade da **Mórea SP Participações Ltda.**, registrada na JUCERJA/NIRE nº. 35.2.3732285-3 e CNPJ/ME nº 42.326.318/0001-07, com sede em Estado de São Paulo, resolve alterar o seu Contrato Social: **Deliberações aprovadas:** 2.1. A transformação do tipo societário da Sociedade para sociedade por ações, sem que essa transformação implique em qualquer interrupção na existência da Sociedade ou nos negócios ora em curso. 2.2. Aumentar o Capital Social passando o mesmo de R\$ 400 para R\$ 1.300,00 representando por 1.300 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição. 2.3. Alteração da denominação social para **Mórea SP Participações S.A.** 2.4. Eleger o Sr. **Eduardo Duarte**, brasileiro, separado, advogado, nascido em 12/06/1946, OAB/SP nº 105.312-A, para o cargo de Diretor Presidente, e o Sr. **Vinicius Aguiar Duarte**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado. 2.5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até **R\$ 15.000,00**. 2.6. O Estatuto Social que doravante regerá a Sociedade, tendo em vista as deliberações acima tomadas, o qual faz parte integrante e inseparável da presente ata para todos os fins de direito. Nada mais. JUCESP/NIRE nº 3530057552-1. JUCESP nº 406.802/21-0 em 25/08/21. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Dierberger Agrícola S.A.

CNPJ nº 51.462.349/0001-86 - NIRE 3530006269-8

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de 2ª Convocação

São convocados os senhores acionistas desta Companhia, para se reunirem em AGE, que se realizará em segunda convocação no dia 10/07/23, às 10h, na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita/SP, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: a) Alteração da redação parcial do Estatuto Social; b) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/21 e 31/12/22; c) Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Achrom-se à disposição dos senhores acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 04/07/23. **João Andreas Dierberger**, Diretor Presidente. (04, 05 e 06/07/23)

Empresa de Transportes Itaquera Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 08.571.173/0001-71 - NIRE 35.300.338.219

Editais de Convocação - Assembleia Geral Ordinária Extraordinária

Os senhores acionistas ficam convocados para se reunirem em AGO/AGE na sede da Companhia às 09h30 do dia 07.07.23 em 1ª convocação, na sede social, às 09h30 do dia 12.07.23, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia. Em AGO, as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S/A. Em AGE: 1- Eleição da Diretoria para o triênio 01/07/23 a 01/07/26 - Outros assuntos do interesse da Companhia. Aviso: Os documentos do artigo 133 da Lei 6.404/76 estão disponíveis aos Senhores Acionistas na sede social e podem ser solicitados via internet. São Paulo, 03/07/2023. (04, 05 e 06/07/2023)

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

ENF SPE II S.A.

CNPJ nº 30.612.977/0001-20

Balanço patrimonial exercício findo em 2022 (Em Unidade de Real)			Demonstração do resultado exercício findo em 2022 (Em Unidade de Real)				
Ativo		Passivo		2022		2021	
Ativo circulante	2022	2021	Receita líquida	91.579.728,66	118.884.565,29	Resultado antes das receitas e despesas financeiras	2.809.125,21
Caixa e equivalentes de caixa	128.894.212,59	82.298.869,15	Custo das unidades vendidas e das operações	(89.851.083,51)	(89.492.780,44)	Receitas financeiras	11.174.301,33
Clientes a receber	20.502.193,50	29.787.036,05	Lucro operacional bruto	1.728.645,15	29.391.784,85	Despesas financeiras	(15.480,89)
Adiantamentos a terceiros	91.767,55	161.285,68	Outras receitas / despesas operacionais	(369.361,18)	(411.076,00)	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	13.967.945,65
Créditos tributários	1.441,29	1.441,29	Despesas administrativas	(173.865,58)	(116.544,85)	CSLL	(930.833,84)
Estoques de unidades	41.956.809,02	93.348.847,14	Despesas gerais	(2.903.461,04)	(3.230.758,35)	IRPJ	(2.627.920,32)
Impostos a recuperar	962.065,06	-	Despesas com vendas	4.527.167,86	1.446.517,26	Lucro líquido do exercício	10.409.191,49
Total do ativo circulante	192.408.489,01	205.597.479,31					24.735.918,21
Ativo não circulante	2022	2021	Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercício findo em 2022 (Em Unidade de Real)				
Impostos diferidos	6.025.667,10	497.665,89	Capital Social	2022	2021	Reservas de Lucros/Prejuízos Acumulados	2022
Direito aquisitivo	9.439.048,40	21.668.522,40	1.431.697,70	129.946.899,38	6.139.336,24	137.517.933,32	
Total do ativo não circulante	15.464.715,50	22.166.188,29					
Total do ativo	207.873.204,51	227.763.667,60	Saldo em 31/12/2020				
Passivo	2022	2021	Lucro líquido do exercício	911.331,77	-	24.735.918,21	24.735.918,21
Passivo circulante	2022	2021	Integralização de capital	(488.505,53)	-	-	911.331,77
Fornecedores	4.531.157,12	1.240.482,66	Redução de capital	-	-	(24.735.918,21)	(488.505,53)
Impostos a recolher	423.194,73	4.894.612,31	Distribuição de dividendos	-	-	(6.139.336,24)	(30.875.254,45)
Encargos sociais	6.302,34	4.521,61	Reservas de capital	-	97.053.120,50	-	97.053.120,50
Contas a pagar	5.927.601,81	24.735.918,21	Redução de reservas de capital	-	(48.362.047,51)	-	(48.362.047,51)
Dividendos a pagar	-	16.395.636,50	Saldo em 31/12/2021	1.854.523,94	178.637.972,37		180.492.496,31
Provisões diversas	14.083.260,71	-	Lucro líquido do exercício	-	-	10.409.191,49	10.409.191,49
Total do passivo circulante	24.971.516,71	47.271.171,29	Distribuição de dividendos	-	-	(8.000.000,00)	(8.000.000,00)
Patrimônio líquido	2022	2021	Transferência para reserva de lucros	-	-	(2.409.191,49)	-
Capital social	1.854.523,94	1.854.523,94	Saldo em 31/12/2022	1.854.523,94	178.637.972,37		182.901.687,80
Reservas de capital	178.637.972,37	178.637.972,37					
Reservas de lucros	2.409.191,49	-	Aumento / (redução) em passivos	2022	2021	Reservas de capital	2022
Total do patrimônio líquido	182.901.687,80	180.492.496,31	- Fornecedores	3.290.674,46	318.142,56	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(24.395.636,50)
Total do passivo do patrim. líq.	207.873.204,51	227.763.667,60	- Obrigações sociais e tributárias	7.978.618,64	5.813.739,65	Aum. (red.) do caixa e equiv.	46.595.343,44
			- IRPJ e CSLL pagos	(12.448.255,49)	(4.251.793,90)	Aum. (red.) do caixa e equiv.	37.893.617,57
			- Outros passivos	(4.725.055,69)	6.808.358,95	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.298.869,15
			(5.904.018,08)	8.688.447,26		Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	128.894.212,59
							82.298.869,15
			Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	70.990.979,94	(5.080.945,42)		
			Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2022	2021		
			- Integralização de capital social	-	911.331,77		
			- Redução de capital social	-	(488.505,53)		
			- Dividendos distribuídos	(24.395.636,50)	(6.139.336,24)		
			- Redução de reservas de capital	-	(48.362.047,51)		

Pedro Bruning do Val - Diretor
Contactus Assessoria Contábil Ltda
José Roberto Melani - Contador - CRC nº 1SP129058/0-5
As Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia

Americanas perde 5 milhões de clientes e fecha 43 lojas desde janeiro

Americanas teve uma queda de aproximadamente 9,9% na base de clientes ativos desde dezembro de 2022 até maio de 2023, passando de 49,1 milhões para 44,2 milhões no intervalo.

As informações constam de relatório mensal divulgado na sexta-feira (30) pelos administradores judiciais da varejista, a Preserva-Ação Administração Judicial e o Escritório de Advocacia Zveiter.

O relatório indica também que a varejista fechou 43 lojas de janeiro de 2023 até 18 de junho, chegando a 1.837 unidades no país, um recuo de 2,3% no período.

Os dados coletados pelos administradores durante os últimos meses mostram ainda que o número de funcionários da varejista saiu de 40.426 em 13 de março para 36.971 em 18 de junho, uma queda de 3.455 colaboradores, ou de 8,5%.

Segundo o relatório dos administradores judiciais, a varejista foi obrigada a rever o modelo do negócio após o escândalo.

“O prazo de pagamento a fornecedores diminuiu consideravelmente após janeiro de 2023”, aponta o relatório, indicando a pressão das empresas em receber os recursos devidos pela Americanas.

Em junho de 2022, o prazo médio de pagamento aos fornecedores era de 97 dias, e alcançou 122 dias em dezembro.

Negócios

Airbus e Latam se unem pelo combustível de aviação sustentável, mercado que o Brasil pode liderar



O setor de aviação está em busca de acompanhar as metas de sustentabilidade estabelecidas no Acordo de Paris. Essa tarefa é desafiadora, pois para alcançar a neutralidade nas emissões de gases de efeito estufa até 2050, será necessário intensificar os esforços para eliminar o uso de combustíveis fósseis, o que afeta diretamente as viagens aéreas. Atualmente, a esperança dos fabricantes de aviões e companhias aéreas está voltada para o chamado SAF (Sustainable Aviation Fuel – Combustível de Aviação Sustentável), que pode reduzir as emissões em até 80% em comparação com o combustível tradicional.

“Já operamos 460.000 voos utilizando SAF até ja-

neiro de 2030. Além de reduzir as emissões, essa prática pode trazer outros benefícios em termos de sustentabilidade, como a conservação de terras e o respeito aos direitos humanos”, afirma Steve Le Moing, chefe de assuntos ambientais da fabricante de aviões Airbus. Atualmente, cerca de 30% dos voos da Airbus são operados com uma mistura de SAF e combustível tradicional.

No entanto, o desafio reside no aumento da produção de SAF. Por essa razão, a empresa está se unindo à companhia aérea Latam, que nos próximos dias realizará um voo de transferência com o uso de um combustível mais sustentável. Esse tipo de voo é feito sem passageiros, com o objetivo de levar a aerna-

ve até uma base. “Esse é o primeiro passo para alcançarmos a meta de utilizar 5% de SAF até 2030”, diz Juan Jose Toha, diretor de assuntos corporativos e sustentabilidade da Latam.

O desenvolvimento de Combustíveis de Aviação Sustentáveis é um desafio. Embora a Airbus espere usar cerca de 10% de SAF neste ano, ainda há muito a avançar no desenvolvimento do combustível. Isso depende, na visão das companhias aéreas, de políticas públicas e incentivos para a compra.

Em uma indústria em que o combustível representa até 50% dos custos operacionais, o fato de o SAF ser duas a cinco vezes mais caro que o tradicional é um obstáculo significativo. Exame

Saiba quais carros zero km foram mais procurados após a redução de preços anunciada pelo governo

Válido desde o último dia 5 de junho, o programa realizado pelo Governo Federal para incentivar a venda de carros zero km já completou mais de 85% dos R\$ 500 milhões destinados às pessoas físicas que adquirirem veículos novos. Na última quarta 28, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou uma extensão do chamado “carro popular 2023”, que custará mais R\$ 300 milhões – o valor será obtido por intermédio do retorno de um imposto aplicado na venda do óleo diesel. “A expansão do programa foi necessária para atender à alta demanda por pessoas físicas”, disse o ministro.

Se não se apurou ainda o resultado efetivo da medida nos números finais de vendas, o fato é que houve, sim, uma movimentação intensa no mercado de zero km. “Comparando o número de acessos, aqui na Mobiauto, das primeiras três semanas de maio

[sem a medida] versus o mesmo período de junho [já com a redução] nos classificados de carros zero km, observamos um aumento de 20,02% nos acessos. Há mais consumidores interessados em comprar carros novos, isso é irrefutável”, garante Sant Clair de Castro Jr, consultor automotivo e CEO da Mobiauto.

A empresa divulgou hoje um levantamento que aponta, inclusive, quais os carros que tiveram maior porcentual de crescimentos nos acessos, despertando maior interesse de possíveis compradores.

“Essa lista mostra que as promoções de varejo deram resultados efetivos. Quem se limitou a reduzir os preços de lista só com a desoneração tributária obteve, naturalmente, uma atenção muito menor do que quem ampliou os descontos com bônus. Observe que só há um modelo efetivamente ‘popular’ na lista dos mais acessados. Os demais são veículos, em média, acima dos R\$ 100 mil”, observa Castro Jr. Biznews

Marca	Modelo	Acessos
Renault	Oroch	294,94%
Volkswagen	Virtus	232,18%
Jeep	Compass	208,30%
Chevrolet	Tracker	131,12%
Chevrolet	Onix Plus	96,01%
Fiat	Fastback	65,52%
Fiat	Argo	56,58%
Hyundai	HB20	51,43%
Chevrolet	Onix	46,81%
Renault	Kwid	23,79%

A Neon quer disruptar um mercado que ninguém conseguiu. Dará certo?



A Neon sempre se posicionou como uma fintech voltada para as classes C e D. No entanto, ao longo do tempo, ocorreram algumas mudanças, como a criação e desativação de uma conta PJ, e a aquisição da corretora Magliano, que atualmente está inativa, com o objetivo de desenvolver uma “plataforma de investimentos”.

Fernando Miranda, executivo que liderava a área de investimentos do Nubank e foi contratado como copresidente da Neon em março, afirma que nada mudou e que a empresa continua focada na base da pirâmide. No entanto, agora eles estão concentrando seus esforços em um produto,

ou melhor, produtos internamente chamados de ecossistema do consignado privado.

Miranda acredita que esse setor está pronto para ser transformado. Ele apresenta números para embasar sua afirmação. De acordo com dados do Banco Central de maio deste ano, o crédito consignado privado, que oferece taxas mais baixas devido à garantia salarial, totaliza R\$ 41,5 bilhões, enquanto o crédito clean, com taxas mais altas, chega a cerca de R\$ 257,8 bilhões.

O executivo questiona essa disparidade e argumenta: “Isso não faz sentido. No Brasil, existem 50 milhões de assalariados e mais de R\$ 40 bilhões em crédito consigna-

do privado. No setor público, são 37 milhões de assalariados e mais de R\$ 570 bilhões em crédito consignado (sendo R\$ 237,5 bilhões para aposentados e pensionistas do INSS e R\$ 333,3 bilhões para funcionários públicos). Como isso é possível?”

A estratégia da Neon, que adquiriu nos últimos anos três empresas voltadas para o crédito consignado, como a Consigna+, Biore e Leve, é ter um conjunto de soluções que se integrem com essas empresas.

Embora isso possa parecer simples, não é. Primeiro, não é fácil entrar nas empresas e comunicar aos funcionários sobre as opções de crédito consignado. Neofeed